



Ata nº 4/2024

13 de dezembro de 2024

----- Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas dezassete horas, reuniu o Conselho Geral (CG) do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), em sessão ordinária, nos Serviços Centrais do IPC, presidido pela sua Presidente, Maria Manuel Leitão Marques. -----

----- Estiveram presentes os conselheiros que assinaram a folha de presenças anexa a esta ata (Doc. 1) e, na qualidade de convidados e sem direito a voto, o Presidente do IPC (PIPC), Jorge Conde, o Presidente da Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), Rui Amaro, o Presidente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra (ESTeSC), Graciano Paulo, o Presidente do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (ISEC), Mário Velindro, e a Diretora do Instituto de Investigação Aplicada do IPC (i2A), Marta Henriques. Justificaram a sua ausência, até à hora de início da reunião, os conselheiros Eugénia Devile, Fernando Paulo Belfo, Marisa Toste e Tiago Estêvão Martins (Doc. 2). -----

----- A ordem de trabalhos (OT) foi a seguinte: -----

----- **Ponto Único – Apreciação do Plano de Atividades e Orçamento do IPC para 2025.** -----

----- Verificando-se a existência de quórum, a Presidente do Conselho Geral (PCG), Maria Manuel Leitão Marques, cumprimentou os conselheiros e os convidados presentes e deu início à reunião. Antes de entrar na ordem de trabalhos, a PCG propôs a introdução de um novo ponto: Participação do IPC na ANGRA - Associação Nacional de Criadores de Galinhas de Raças Autóctones, a ser discutido no ponto um. Colocada a votação a introdução do novo ponto na ordem de trabalho foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

----- **Ponto um – Participação do IPC na ANGRA - Associação Nacional de Criadores de Galinhas de Raças Autóctones.** A PCG deu a palavra ao Presidente da ESAC para apresentar este ponto (Doc. 3). O Presidente da ESAC qual fez o enquadramento do convite para o IPC se constituir sócio da ANGRA e explicou os objetivos da Associação. Colocada a proposta a votação foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

----- **Ponto dois – Apreciação do Plano de Atividades e Orçamento do IPC para 2025.** A PCG deu a palavra ao PIPC para apresentar este ponto (Doc. 4). O PIPC fez a apresentação do Plano de Atividades do IPC para 2025 (PA) e dos principais indicadores associados, e disponibilizou-se para responder a eventuais questões. Entrou na reunião a conselheira Teresa Mendes. A PCG deu a palavra aos conselheiros e convidados. Interveio o conselheiro Silvino Capitão que solicitou ao PIPC que esclarecesse os seguintes pontos: se vai haver uma política do IPC no sentido de permitir aos investigadores gerirem

uma parte do superavit dos projetos para realizarem investimento de capital; quais as medidas para assegurar a renovação do corpo docente face à saída crescente de professores coordenadores, dado que o PA não prevê a contratação de professores adjuntos; e se está prevista a abertura de concursos para professor coordenador principal. Sobre a questão dos mapas de pessoal docente, o conselheiro Eduardo Natividade assinalou que o quadro do ISEC não reflete as saídas previstas em 2025. Interveio o conselheiro Jorge Barreiros que reforçou a necessidade de prever novas contratações. Assinalou também que existe uma variação do número de professores convidados extraordinariamente significativa no IPC, estranhando que represente uma variação de 0 ETI. Referiu ainda o problema de não haver professores integrados em centros de investigação, tendo manifestado a sua preocupação com o impacto que essa situação poderá ter na acreditação dos cursos do ISEC. Entrou na reunião o conselheiro Carlos Santos. A PCG deu a palavra ao PIPC para esclarecer as questões colocadas. O PIPC manifestou a sua concordância com a alteração da forma de gestão dos *overheads* dos projetos, de modo a que todo o remanescente seja para incentivar a investigação e os investigadores, e solicitou à Diretora do i2A, Marta Henriques, que explicasse as medidas que estão a ser pensadas nesse sentido. A Diretora do i2A informou que está a ser estudada uma forma para que o dinheiro gerado nos projetos seja aplicado na investigação e comprometeu-se a apresentar uma proposta ao Conselho de Gestão até ao final de janeiro. O PIPC retomou a palavra indicando que se mantêm as metas delineadas de 40% a 45% de professores coordenadores em todas as Escolas, bem como a abertura de concursos para professor coordenador principal em função do número de coordenadores, salientando que a gestão do pessoal é da competência dos Presidentes das Escolas e que não há nenhuma restrição à abertura de concursos desde que os respetivos encargos caibam dentro da margem de aumento de 3% prevista na Lei do Orçamento do Estado. A PCG deu novamente a palavra aos conselheiros e convidados. Interveio a conselheira Cristina Faustino que referiu o problema da acreditação dos cursos por não haver professores integrados em centros de investigação e questionou o PIPC sobre este assunto, uma vez que o mesmo não é referido no PA. De seguida interveio o conselheiro António Leal que manifestou a sua preocupação com o corpo docente da ESEC, tendo em conta a elevada percentagem de professores convidados e também por o mapa de pessoal previsto não ser suficiente para ultrapassar a situação dos vários professores adjuntos e coordenadores que se estão a reformar. Questionou também a sustentabilidade futura do corpo de funcionários dos Serviços Centrais, que continua a aumentar sem que se verifique uma diminuição no número de funcionários das Escolas, apesar da agregação de serviços. Tomou a palavra a conselheira Patrícia Vieira para solicitar ao PIPC que confirmasse se o valor que se encontrava na página 159 do PA e Orçamento de 2025, sob o título Institutos Privados e Outros, seria o orçamento dedicado às AE's do IPC.

De seguida interveio a conselheira Maria do Rosário Campos que manifestou a sua preocupação com a falta de docentes integrados em centros de investigação e questionou o PIPC sobre a construção da cantina da ESEC e da nova escola, dado não haver nenhuma referência a estes projetos no PA. A PCG deu a palavra ao PIPC para responder às questões colocadas. O PIPC afirmou que não há nada para acrescentar ao que já foi debatido em CG sobre os centros de investigação, tendo recordado que foi tomada uma decisão estratégica sobre o assunto, que as situações excecionais foram contempladas e os docentes autorizados a integrar centros de investigação externos ao IPC, e que em todas as Escolas, com exceção do ISEC, os docentes procuraram soluções para a sua integração em estruturas de investigação internas. Relativamente aos SC, o PIPC salientou que essa máquina angariou à volta de 40 milhões em projetos nos últimos três anos, que está a conseguir ir buscar dinheiro para as Escolas se modernizarem, tendo informado que esses resultados ficarão visíveis quando forem fechadas as contas de 2024. Salientou ainda os resultados do Sistema Interno de Garantia da Qualidade, sendo o IPC uma das poucas instituições que tem um sistema acreditado por seis anos, e o trabalho da Comunicação com a criação da marca IPC que ajudou as Escolas a crescer. Relativamente ao financiamento das AE, o PIPC confirmou que possivelmente seria esse, informando que se mantém em 2025 a atribuição de 3% do valor das propinas. Sobre a questão das obras, o PIPC informou que está a ser procurado financiamento para modificar o telhado da cantina da ESEC e que há projetos feitos para a renovação de todas as cafetarias e cantinas, incluindo a cantina da ESEC, seguindo o modelo de renovação da cantina do ISEC. Informou que está também a ser procurado financiamento para intervir no Polo 2 da ESEC. No que diz respeito à construção da ESEC, o PIPC informou que foi pedido pelo Conselho Regional da CCDR que as instituições de ensino apresentassem um projeto que fosse transformador para a instituição, e que o IPC apresentou o projeto de uma ESEC nova, mas que quando o concurso foi lançado tinha o limite de 10 milhões, o que inviabilizava a construção da escola. Ausentou-se da reunião a conselheira Patrícia Vieira. Não havendo mais pedidos de intervenção, a PCG tomou a palavra para deixar duas notas: sobre os SC, sublinhando ser preciso resistir à tentação de replicar os serviços quando passa a haver serviços partilhados, e sobre a questão da integração dos professores nos centros de investigação que deverá voltar ao CG, mesmo que não ponha em causa a acreditação dos cursos. De seguida a PCG deu a palavra ao PIPC para apresentar o orçamento do IPC para 2025. O PIPC explicou a distribuição de orçamento pelas escolas e disponibilizou-se para esclarecer quaisquer questões. Não tendo havido intervenções, a PCG deu por encerrada a discussão deste ponto, recordou os membros presentes que a aprovação do PA carece de parecer dos Elementos Externos (EE) do CG, e agradeceu à conselheira Teresa Mendes a elaboração do parecer, o qual foi aprovado por unanimidade dos EE (Doc.5). De seguida a PCG colocou o Plano de

Atividades e Orçamento do IPC para 2025 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria dos membros presentes, com a abstenção do conselheiro Silvino Capitão que fez a seguinte declaração de voto: “Abstenho-me porque do plano de atividades não resultam propostas inequívocas para a renovação do corpo docente com novos professores adjuntos, quando se verifica uma crescente saída de docentes por aposentação. Além disso, não se prevê a criação de lugares no mapa de pessoal para a abertura de concursos para professores coordenadores principais quando a rácio da instituição e das UOE está longe de ser alcançada e há docentes habilitados a serem opositores aos referidos concursos.” -----

----- A PCG desejou a todos e a todas um bom Natal e agradeceu toda colaboração que sempre lhe deram para que as reuniões do CG fossem produtivas, agradecendo ainda todo o apoio dado pelo secretariado do órgão na preparação das reuniões. O PIPC agradeceu igualmente a colaboração e os contributos de todos. -----

----- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de ter sido circulada por todos os conselheiros presentes e por eles aprovada, é assinada pela Presidente do Conselho Geral e por mim, Ana Cristina Abreu, que a secretariei. -----

